

Universidade Federal do Rio de Janeiro



**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Thais Fernandes Bastos

**“O papel da família na vida dos jovens em conflito com a lei a partir da
fala de profissionais do DEGASE.”**

Rio de Janeiro

2015

Thais Fernandes Bastos

“O papel da família na vida dos jovens em conflito com a lei a partir da fala de profissionais do DEGASE.”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Erimaldo Matias Nicacio

Rio de Janeiro

2015

THAIS FERNANDES BASTOS

**O papel da família na vida dos jovens em conflito com a lei a partir da fala
de profissionais do DEGASE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, de
Setembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

**Orientador: Prof.^a Dr.^a Erimaldo Matias Nicacio
(ESS-UFRJ)**

**Avaliadora: Prof.^a Joana Garcia
(ESS-UFRJ)**

**Avaliadora: Prof.^a Rosana Morgado
(ESS-UFRJ)**

Ao meu avô, Senhor Arnaldo, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu querido orientador, Erimaldo, pelas discussões no grupo de pesquisa, pelo cuidado, carinho e pela paciência nas orientações. Esse trabalho não seria possível sem tudo isso;

Aos meus pais, pelo apoio durante toda a jornada de estudos e por sempre me permitirem fazer as minhas próprias escolhas e as apoiarem mesmo que parecessem difíceis;

Aos amigos de graduação, que tanto discutiram as mais variadas temáticas que perpassam nossa profissão ao longo desses quatro anos, que contribuíram cada um à sua maneira, seja nos trabalhos acadêmicos ou na convivência diária;

Aos professores que passaram pelo caminho e de alguma forma contribuíram em minha formação profissional;

À Janete, minha querida supervisora dos quatro períodos de estágio, que sempre se fez presente na orientação e discussões profissionais (e por me incentivar à terminar este trabalho quando eu achava que tinha “travado”). E à turma de 2013 da especialização do PROJAD-IPUB/UFRJ, pelo trabalho, momentos de descontração e incentivo com o TCC; vocês são demais!

Por fim, aos amigos que trago na bagagem anterior à UFRJ, que me deram total apoio, mesmo nos momentos em que me ausentei de seu convívio para me dedicar à faculdade.

À Amanda, Camila, Deborah, Mayara e Mary pelo apoio, força e abraços!

Sou profundamente grata a todos, mas não poderia citar todos os nomes importantes e que gostaria aqui. Fica registrado o agradecimento e o carinho pelo apoio de cada um.

RESUMO

BASTOS, Thais Fernandes. **O papel da família na vida dos jovens em conflito com a lei a partir da fala de profissionais do DEGASE**. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Este trabalho tem por objetivo investigar o papel que a família desempenha na vida dos adolescentes em conflito com a lei, a partir de entrevistas realizadas com profissionais de uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Novo DEGASE). A partir do traço histórico do desenvolvimento de políticas para a infância e juventude em conflito com a lei, é apresentada a forma como essas políticas atuaram no passado, como faziam diferença entre as crianças e adolescentes pobres e os de classe mais ricas e como atuam hoje. O resgate histórico das formações familiares permite mostrar desde a Idade Média até os dias atuais, como as famílias se organizam e qual era o lugar ocupado pela criança e o adolescente. Análise das entrevistas permite que se observe de que maneira as famílias desses jovens desempenham seu papel, bem como estas são retratadas pelos profissionais da referida unidade do DEGASE.

LISTA DE SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRIAAD – Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente

CRIAM – Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor

DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas

DNC – Departamento Nacional da Criança

DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FCBIA – Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FEEM – Fundação Estadual de Educação do Menor

FLUBEM – Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBA – Legião Brasileira de Assistência

PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

SAM – Serviço Nacional de Assistência a Menores

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PARA O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	14
1.1 Da Doutrina da Situação Irregular à Doutrina de Proteção Integral	16
1.1.2 O Código de Menores	17
1.1.3 A Reedição do Código de Menores	20
1.1.4 O ECA e o SINASE	22
1.2 O Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE	26
CAPÍTULO 2 – FAMÍLIA(S)	31
2.1 A Formação da Família: da Idade Média à Família Moderna	31
2.2 A Família a Partir da Revolução	34
2.3 As Famílias na Contemporaneidade	36
CAPÍTULO 3 – AS FAMÍLIAS E O DEGASE	39
3.1 As Famílias	39
3.2 O Trabalho Com As Famílias	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

ANEXOS	60
---------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Os adolescentes que praticam atos infracionais, os chamados “adolescentes em conflito com a lei”, não são punidos criminalmente como os adultos, mas são responsabilizados pelos seus atos através das medidas socioeducativas. Isso se dá em função de sua “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

De acordo com o Artigo 103 do ECA, configura-se como ato infracional qualquer conduta descrita como crime ou contravenção penal no Código Penal.

As razões que levam adolescentes a cometer atos infracionais são diversas e este trabalho não pretende investigá-las a fim de traçar um perfil desses adolescentes.

O que se pretende aqui é desenvolver uma análise sobre o papel que a família desempenha na vida do adolescente dito “em conflito com a lei” a partir dos discursos dos profissionais de uma unidade do Degase (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) destinada ao atendimento de adolescentes usuários de drogas¹. Esta análise se baseia na captura da fala desses profissionais em entrevistas² que se configuram como resultados preliminares das atividades do grupo de pesquisa “O Adolescente e as Drogas”, orientado pelo professor doutor Erimaldo Nicacio – foram realizadas quatro entrevistas; com dois educadores, uma psicóloga e uma assistente social –, além de levantamento de referências bibliográficas que tratam da questão da família, do

¹ No ano de 2015, a referida unidade foi extinta.

² O roteiro das entrevistas se encontra em Anexo. Foram utilizadas para esse trabalho, apenas as perguntas que se relacionam com o tema “família”.

Sistema Socioeducativo e da formação das políticas de atenção à infância e juventude em conflito com a lei.

Cabe ressaltar aqui, que embora a pesquisa venha se desenvolvendo em uma unidade do DEGASE para tratamento de uso e abuso de drogas por adolescentes, foi constatado que a maioria dos adolescentes que se encontra internada cumprindo medida de privação de liberdade, não apresenta um quadro de dependência química. O uso que estes adolescentes fazem de substâncias pode ser considerado “recreativo” ou como apontado em algumas entrevistas, a droga pode entrar em cena com uma “função terapêutica”, no auxílio a algum sofrimento emocional pelo qual esse adolescente possa estar passando, como válvula de escape de questões e conflitos familiares, além da facilidade no acesso à droga, considerando o local de moradia que muitas vezes é uma comunidade marcada pelo tráfico de drogas. Isso também é levantado como possível explicação para ingresso do adolescente na rede ilícita de compra e venda de drogas.

Para que essa análise seja realizada, no capítulo um serão abordadas as políticas relacionadas à adolescência, à sua proteção e desenvolvimento e a adolescência em conflito com a lei, sendo necessário dar espaço para falar sobre a construção do Direito da Criança e do Adolescente, desde a Doutrina da Situação Irregular à consolidação da Doutrina de Proteção Integral, se incluindo nessa construção histórica o antigo Código de Menores, o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o Sinase; no capítulo dois será tratada a temática da família, seus diferentes arranjos e configurações; e no terceiro capítulo, será discutido o papel desempenhado por elas na formação e desenvolvimento destes adolescentes segundo as informações

colhidas nas entrevistas com os profissionais do DEGASE, e por último, será mostrado o trabalho desenvolvido por estes profissionais com as famílias dos adolescentes que se encontram em cumprimento de medida de internação.

Utilizo como referência para a discussão das políticas para o adolescente em conflito com a lei a dissertação de mestrado intitulada “*A medida socioeducativa privativa de liberdade no Estado do Rio de Janeiro – DEGASE: transição de paradigma?*”, que trata da trajetória das políticas socioeducativas, abordando a política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil a partir do século XIX, passando pela gestação e implantação do DEGASE, do SINASE e demais outros marcos regulatórios.

No que tange à família, inicialmente abordo a temática a partir de análises antropológicas e históricas sobre o que é família, sua forma tradicional e seus novos arranjos. Depois disso, exponho a partir do que foi coletado nas entrevistas com os profissionais, de onde vêm estas famílias, como estas se organizam, a relação delas com os filhos, o papel que elas desempenham (ou deveriam desempenhar) na vida desses adolescentes e em quais condições isso se dá. Por fim, ainda contando com o resultado das entrevistas, falo do trabalho que é desenvolvido com as famílias nessa unidade do DEGASE, dos entraves e dos resultados percebidos pelos profissionais.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PARA O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

A infância e adolescência têm sido colocadas em discussão ao longo da história, seja sob o ângulo da proteção, seja como foco das políticas públicas ou como alvo de ação ou omissão do Estado, da família e da sociedade. Durante vários séculos, “as crianças e adolescentes foram colocadas no lugar de sem fala, ‘infante’ (quietinhos) – do latim: in-fans = sem fala” (FALEIROS, 2005); eles eram vistos apenas como componentes da esfera doméstica, mas não eram reconhecidos como seres que necessitavam de proteção. É a Convenção dos Direitos da Criança, realizada em 20 de novembro de 1989, que proclama que as crianças são sim, sujeitos de direitos. No Brasil, a consagração da criança como cidadã, veio através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990.

A forma como as políticas se direcionam e tratam da infância e adolescência, passou por grandes alterações, que são muito importantes para que possamos compreender a forma como se organizam as políticas que dão conta da questão da juventude em conflito com a lei, como o atual sistema socioeducativo e como este se organiza e atua na vida desses adolescentes.

A formulação de leis e políticas para a infância é marcada pelos conflitos surgidos na formulação histórica das políticas sociais. Ao longo dos séculos, houve uma nítida distinção entre a política para as crianças e adolescentes pertencentes às classes dominantes e a política para as crianças pobres. Enquanto para os ricos foi favorecido o “acesso à educação formal, às faculdades de medicina e engenharia” (Idem), para os pobres “foram criados

orfanatos, as “rodas” e as casas de correção”. O acesso dos pobres à educação era uma obrigação dos pais, da família e não dever do Estado.

Mesmo com a extinção das “rodas”, a mudança das casas de correção para instituições que visam à proteção do “menor” e que o Estado tenha passado a oferecer o ensino básico, serviços de saúde, habitação e etc., públicos e gratuitos, a forma como os ricos e pobres têm acesso a esses serviços, permanece desigual.

A atual legislação brasileira coloca a família como espaço essencial de socialização, humanização e desenvolvimento da criança e do adolescente enquanto indivíduos. O Art. 226 da Constituição Federal estabelece que a “família é a base da sociedade” e que cabe a ela em conjunto com o Estado e a sociedade em geral, “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (Art. 227).

Ainda assim, são inúmeras as famílias que ao longo da história, encontram dificuldades para proteger e educar seus filhos. Tais dificuldades serviram como argumento ideológico para o Estado afirmar uma “incapacidade” de a família orientar seus filhos e criar políticas voltadas para o controle e coesão social, principalmente da parcela mais pobre da população, sem se preocupar realmente com o bem estar da criança e do adolescente ou com a manutenção dos vínculos familiares.

1.1 Da Doutrina da Situação Irregular à Doutrina de Proteção Integral

A questão da infância e adolescência em conflito com a lei até meados do século XX era vista como um problema social que necessitava da intervenção do Estado para sua proteção. Para tal, o Estado brasileiro estabeleceu alianças entre a justiça e a assistência social, numa tentativa de criar novas formas de atuação sobre essa parcela da população.

Entretanto, a sociedade percebia dois tipos diferentes de infância: uma era aquela criança protegida sob os cuidados da família e outra era aquela em estado de abandono e vulnerabilidade, a criança vista como “menor”, para quem estava reservada a proteção do Estado.

Esses dois tipos de percepções que eram mantidos sobre a infância, não surgiram do nada; são herança trazida desde os séculos anteriores.

No Brasil, no período colonial (séculos XVI a XVIII), a palavra “menor” aparecia em alguns documentos, associada à idade. Após a proclamação da Independência, no início do século XIX, o termo era utilizado por juristas para determinar a idade como um dos critérios que definiam a responsabilidade penal do indivíduo. O Código Criminal do Império (1830) estabelecia três períodos de idade anteriores a vinte e um anos no que diz respeito à responsabilidade penal e às penas: os indivíduos com idade inferior a quatorze anos, não tinham responsabilidade penal (isso só passou a valer para os escravos em 1885); os que tinham idade inferior aos dezessete anos, mas superior aos quatorze, poderiam receber pena por cumplicidade, a depender da

decisão do juiz; e por fim, estabelecia o limite de vinte e um anos para a imposição de penas drásticas.

Apesar disso, se o juiz considerasse que o indivíduo até quatorze anos agia com discernimento, o código permitia que estes fossem privados de liberdade até os dezessete anos. A prisão comum acabava por se tornar o destino destas crianças, já que nessa época ainda não existiam as “casas de correção para menores”. Estas só surgiram no final do século.

E foi justamente neste período que os juristas brasileiros passaram a reconhecer o “menor” nas crianças e adolescentes pobres e abandonados das cidades; não nas crianças “de família” ou aquelas que porventura tenham se tornado órfãs, mas aquelas desprotegidas material e moralmente pelas suas famílias, pela sociedade e pelo Estado.

Este foi o cenário no qual se gestou e instituiu o Código de Menores.

1.1.2 O Código de Menores

Por meio do Decreto nº 17.943-A, em 12 de outubro de 1927, entrou em vigor a primeira versão do Código de Menores que organizava as leis existentes com relação à assistência e proteção dos “menores”. Ele se destinava à criança e adolescente abandonado ou delinquente, com idade inferior a 18 anos; as crianças que não correspondessem a essas características eram consideradas problema apenas de suas famílias e não do Estado.

Entre seus vários artigos, o código proibia o trabalho de crianças com menos de 12 anos e de 14 anos sem instrução primária, mas permitia o trabalho daqueles que sustentavam ou contribuía para o sustento da família – desde que sua jornada de trabalho não excedesse a carga de seis horas diárias. Também extinguiu o sistema da Roda dos Expostos (no art. 15).

A Constituição de 1934 foi a primeira a impor às três esferas de governo a responsabilidade no que se referia à infância. Ainda que seguindo os parâmetros do Código, houve avanços como a proibição do trabalho dos adolescentes até os 14 anos, o trabalho noturno aos que ainda não haviam completado 16 anos “e, em indústrias insalubres, o trabalho a menores de 18 anos e às mulheres” (LOPES, 2011, p. 43).

Para que o Código de Menores fosse colocado em prática, o Ministério da Justiça criou instituições direcionadas ao atendimento do “menor”, como a Escola XV de Novembro – que se destinava a atender aos abandonados – e a Escola Luiz Alves para atendimento dos delinquentes, ambas no Rio de Janeiro. Porém, criaram-se as instituições, mas não foi dado a elas o aparato necessário para seu funcionamento.

Não havendo local adequado para a internação do “menor”, foram criados os seguintes órgãos para que fosse possível garantir esse atendimento: o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Departamento Nacional da Criança - DNC (1940), Serviço Nacional de Assistência a Menores - SAM (1941) e a Legião Brasileira de Assistência - LBA (1942).

O SAM transformou o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores, subordinado ao Ministério da Justiça em articulação

com o Juízo de Menores, tendo sob sua responsabilidade as instituições públicas e particulares destinadas ao menor e objetivando

[...] sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; [...] recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento; [...] (LOPES, p. 47).

Em 1944 ao mesmo passo em que o SAM foi reorganizado e passou a atuar em âmbito nacional, sua ampliação trouxe à luz problemas como a corrupção, fazendo com que se criassem outras instituições como medidas emergenciais para tentar salvar seus estabelecimentos. Foram criados, o Instituto Psicoterápico Padre Severino, a Escola João Luiz Alves e o Instituto Marcelo Soares. Entretanto, apesar das tentativas, as novas unidades tão logo repetiram o caminho das outras, caindo na teia da ilegalidade e violação dos direitos humanos.

Em 1º de dezembro de 1964, foi sancionada a lei nº 4.513, que extinguiu o SAM e criava a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a FUNABEM, que embora tivesse sido reivindicada em moldes democráticos, foi instituída sob a ótica do governo militar, colocando os “menores” em situação irregular, como um “problema de segurança nacional” (BAZÍLIO, 1985. apud LOPES, 2011, p. 52).

Entre os órgãos da estrutura organizacional da FUNABEM, o que figurava com maior importância era o Conselho Nacional, pois a ele cabia definir a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Sob sua responsabilidade estavam as instituições estaduais chamadas de Fundação

Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), que se destinavam a implementação das diretrizes da PNBEM, onde os governos regionais eram responsáveis pela “execução dos programas que objetivam o bem-estar do menor”, embora os estados não tivessem autonomia plena para definir e direcionar suas ações. Então, eles acabavam por seguir o que determinava a FUNABEM.

No estado do Rio de Janeiro, a FEBEM era vinculada à Secretaria de Estado e Serviço Social e, foi criada especificamente para o Rio de Janeiro a Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor, a FLUBEM. Em 1975, a FEBEM e a FLUBEM sofreram uma fusão através do Decreto-lei nº 42, de 24/03/1975, passando a se chamar Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM), sendo esta vinculada à Secretaria de Educação. Em 1995, a FEEM foi extinta, sendo substituída pela FIA (Fundação para a Infância e Juventude).

1.1.3 A Reedição do Código de Menores

Neste quadro, se colocava a necessidade de romper com o modelo institucional que vinha sendo desenhado desde o SAM que era baseado na repressão violenta das crianças e adolescentes, pois percebia-se que o discurso da FUNABEM estava distante de sua prática, que no cotidiano se apresentava como instituição de cunho repressor e coercitivo. Na tentativa de se colocar a PNBEM em prática de fato, em 1974 ela torna-se subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, que na época, possuía como lema “modernizar para funcionar”. Entretanto, esse sucesso nunca foi alcançado.

Em 1976, a FUNABEM se tornou alvo de investigação da CPI do Menor e assim como seu antecessor, o SAM, passou a ser conhecida como “uma instituição social e politicamente falida” (LOPES, p. 58).

No Brasil, o Código de Menores foi reeditado no ano de 1979, esta nova versão adotando de maneira explícita a Doutrina da Situação Irregular. Nesta Doutrina, os “menores” apenas são sujeitos de direitos quando se encontram em estado de patologia social (CUSTÓDIO, 2008, p. 24). Ou seja, eles não estavam protegidos legalmente enquanto na sua condição de criança ou adolescente que necessita de proteção especial; as leis só se direcionavam a eles quando cometiam algum delito.

Segundo Holanda,

A conjuntura histórica para que a doutrina da situação irregular fosse utilizada envolvia uma grande quantidade de menores infratores que, diante da demasiada desigualdade social do início do século XX, recorriam aos delitos das ruas para promover o sustento próprio e da família. Dessa forma, a legislação não houvera sido criada para proteger os menores, mas para garantir a intervenção jurídica sempre que houvesse qualquer risco material ou moral. A lei de menores preocupava-se apenas com o conflito instalado e não com a prevenção. Os jovens não eram tratados como sujeitos de direitos, mas sim objeto de medidas judiciais (2012).

A articulação dos movimentos sociais no final dos anos 1970 e início da década de 1980, que almejavam a democratização do país, resulta na instituição da Constituição de 1988, que no que tange ao cuidado com a criança e ao adolescente, marca a ruptura com a Doutrina da Situação Irregular e representa o marco legal da Doutrina de Proteção Integral no Brasil. Embora possa parecer, este fato não marca uma inovação se pensarmos no âmbito internacional, pois a Declaração dos Direitos da Criança, publicada pela ONU em 1959 já abarcava a Doutrina da Proteção Integral.

Para que as diretrizes contidas na Constituição fossem de fato efetivadas e fossem regulamentadas normas internacionais³, foi promulgado, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O ECA “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”, os reconhece como sujeitos de “direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” e coloca a família como tendo papel fundamental no processo de proteção integral à criança e ao adolescente.

1.1.4 O ECA e SINASE

O ECA surge como legislação que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos que precisam de proteção integral e designa à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Estado o dever de zelar pelo bem estar e segurança das crianças e adolescentes. Estabelece que nenhuma criança ou adolescente deverá sofrer negligência, discriminação, violência, exploração, crueldade e opressão de qualquer forma, sendo qualquer uma dessas ações, praticadas por ação ou omissão, punidas na forma da lei.

O Estatuto estabelece que crianças e adolescentes têm **absoluta** prioridade em receber proteção e socorro; no atendimento nos serviços públicos; na preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas; e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

³ Para mais informações sobre normas e pactos internacionais, ver Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária 2013.

A partir do ECA foi possível estabelecer que criança e adolescentes são inimputáveis e não estão submetidos ao Código Penal, pois ele especifica que estes cometem atos infracionais e não crimes. O ato infracional se configura como “conduta cometida pela criança ou adolescente e descrita como crime ou contravenção penal” (ECA, 1990). Sendo assim, a criança e o adolescente recebem tratamento diferenciado dos adultos, estando sujeitos às medidas protetivas – que são aplicadas quando há violação dos direitos fundamentais previstos no Estatuto (como direito à vida, educação, convívio familiar) ou quando a criança comete algum tipo de ato infracional; e às socioeducativas – que embora, de certa forma sejam também medidas protetivas, são aplicadas somente aos adolescentes, quando estes cometem atos infracionais. Isso porque o ECA considera criança a pessoa de até doze anos incompletos e adolescente a partir de doze, até dezoito anos de idade completos⁴. Portanto, crianças não cumprem medidas socioeducativas. Elas recebem medidas protetivas.

As medidas respondem a uma ordem hierárquica, de acordo com a gravidade do ato infracional cometido e devem levar em consideração a capacidade do adolescente de cumpri-las. Sendo elas:

- Advertência – admoestação verbal;
- Obrigação de reparar o dano – restituir a coisa, ressarcimento do dano ou compensar o prejuízo da vítima de outra forma;
- Prestação de serviços à comunidade – realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período de até seis meses, junto

⁴ Em casos excepcionais, aplica-se o Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

a entidades assistenciais, hospitais, escolas, além de programas comunitários ou governamentais;

- Liberdade assistida – tem a finalidade de auxiliar, acompanhar e orientar o adolescente, com responsável designado para acompanhar o caso. Tem duração mínima de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida;
- Regime de semiliberdade – pode ser determinado como medida desde o início ou como forma de passagem para o meio aberto sendo obrigatórias a escolarização e profissionalização do adolescente que a cumprir;
- Internação em estabelecimento educacional – medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade. É aplicada quando o ato infracional cometido constitui grave ameaça ou violência a pessoa e não é aplicada caso haja outra medida adequada.

O Estatuto ainda estabelece que nenhum adolescente deve ser privado de sua liberdade senão em flagrante ou por ordem expressa autoridade judiciária competente.

O SINASE é definido como:

o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Este sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público (SINASE, 2006, p. 23),

Surge da necessidade de se articular os diferentes níveis de governo, a família, a sociedade e o Estado e sua co-responsabilidade no enfrentamento das questões relacionadas à violência envolvendo adolescentes enquanto autores de atos infracionais ou vítimas de violações de direitos, de maneira a reforçar as diretrizes sobre a natureza pedagógica das medidas socioeducativas contidas no ECA, objetivando

[...] primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Persegue, ainda, a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturado, principalmente, em bases éticas e pedagógicas.” (SINASE, 2006, p. 15).

Para tanto, priorizaram-se as medidas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida – ambas cumpridas em meio aberto – em detrimento das medidas restritivas de liberdade – semiliberdade e internação em estabelecimento educacional, observando-se que as duas últimas devem ser aplicadas respeitando o caráter de excepcionalidade e brevidade. Também foram priorizadas a municipalização de programas de meio aberto e a regionalização dos programas de privação de liberdade, visando garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes.

Além disso, o SINASE segue o princípio da incompletude institucional, que se caracteriza pela máxima utilização possível dos serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes. Ou seja, há aqui um rompimento com a ideia de que a instituição deveria ser total e atender a todas as necessidades do sujeito.

A construção do Direito da Criança e do Adolescente proporcionou significativas mudanças no processo de reordenamento institucional, a partir

das próprias mudanças surgidas da ruptura com a Doutrina da Situação Irregular e a consolidação da Doutrina de Proteção Integral, que assume caráter de política pública, tem seu fundamento no direito objetivo, seu aspecto decisório é participativo, sendo sua gestão democrática e organizada em rede.

No que se refere ao atendimento do adolescente autor de ato infracional, foram criados órgãos especializados, como a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA, juizados, promotorias, além de instituições especializadas para o cumprimento das medidas socioeducativas (como os CRIAADS⁵).

Ainda em 1990, a FUNABEM foi extinta, dando lugar a Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência – FCBIA, que por sua vez também foi extinta em 1995. Com o fim da FUNABEM, durante o processo de descentralização e ainda sob vigência da FCBIA, coube a cada estado brasileiro, a responsabilidade de criar um órgão que fosse executar as medidas socioeducativas. Assim, no Rio de Janeiro, o órgão criado com essa finalidade foi o DEGASE.

1.2 O Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE

O DEGASE foi criado por meio do Decreto nº 18.493 de 26/01/1993 em substituição da FUNABEM, dando continuidade no atendimento de adolescentes autores de ato infracional.

Neste período, o DEGASE era vinculado à Secretaria de Justiça, sob a justificativa desta possuir maior estrutura para atender ao programa, porém,

⁵ Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente; substitutos dos antigos CRIAMs (Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor).

não podia aumentar em nada as despesas desta secretaria, conforme consta no artigo primeiro de seu decreto:

Art. 1º Fica criado, sem aumento de despesas, na estrutura básica da Secretaria de Estado e Justiça, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE (DO RJ 27/01/1993 – Decreto nº 18.493 de 26/01/93).

Este fato prejudicou muito a implantação do DEGASE, pois o programa não contava com recursos para executar tarefas básicas e fundamentais para seu funcionamento, como a reforma das unidades entregues pelo governo federal, muitas em péssimo estado devido às últimas rebeliões.

Apesar de ter sido criado em 1993, o DEGASE só iniciou suas atividades em 1994. Havia otimismo de que sua implantação, com novos servidores e sob novo conjunto de legislações pudesse trazer mudanças e avanços no atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais. Mas o que se viu no cotidiano das unidades eram rebeliões dos adolescentes em resposta ao confronto entre o “novo e o velho” no qual viviam, pois os antigos agentes da FUNABEM e sua ótica repressora e punitiva conviviam com os novos servidores do DEGASE, além da alternância de gestões. Como aponta LOPES:

[...] o conflito entre o novo e o velho foi inevitável, as rebeliões foram as respostas dos adolescentes para a ambiguidade que se vivia. As mudanças periódicas de gestão dificultavam ainda mais a tentativa de qualquer tipo de transformação (2011, p. 72).

Isso fica nítido ao se observar a coexistência do novo cargo criado para substituir os antigos monitores da FUNABEM, o de Agente Educacional, com a contratação de antigos funcionários da mesma. Dessa forma, o agente educacional não conseguia exercer a função para a qual foi criado. Além disso,

era necessário conviver com a imprecisão de qual função exerciam os profissionais de nível superior (psicólogos, pedagogos e assistentes sociais), pois os mesmos realizavam basicamente o mesmo trabalho, sem distinção ou interação entre as especialidades, que se resumia em elaborar relatórios, diagnósticos, perfis e avaliações. Suas atividades eram desenvolvidas em áreas afastadas da circulação dos adolescentes internos e o atendimento a eles tinha “caráter pouco mais que burocrático” (OLIVEIRA, 2003. apud LOPES, 2011, p. 75).

O DEGASE passou por anos difíceis em sua trajetória nos anos que se seguiram. Em 1997 aconteceu a maior rebelião do Instituto Padre Severino. Entre 1998 e 2005, houve a realização de concursos públicos e novas unidades foram criadas, como tentativa de renovar o quadro profissional e permitir que o trabalho desenvolvido pela instituição avançasse, mas o quadro de avanços permaneceu estagnado. Além disso, organizações relacionadas à defesa dos direitos humanos elaboravam pesquisas e relatórios que denunciavam as práticas violentas e coercitivas exercidas pelos profissionais dentro das unidades.

Ao final do primeiro semestre do ano de 2005, aconteceu a primeira e maior greve dos funcionários do DEGASE, que reivindicavam melhorias salariais e das condições de trabalho. Já nos últimos meses do mesmo ano, uma audiência pública na ALERJ denunciava desvio de verbas destinadas ao DEGASE. Apenas 31% da verba que deveria ser injetada nos centros de detenção juvenil foram repassadas ao DEGASE.

Em 2007 o DEGASE recebeu crédito de treze milhões de reais para financiar suas atividades e passa a ter sua própria unidade orçamentária. Nos dois anos que se seguiram, o cotidiano da instituição foi marcado por conflitos, rebeliões e evasões, além de denúncias e protestos de pais de adolescentes torturados e mortos dentro das unidades.

A partir de 2008, a instituição adota o slogan Novo DEGASE, objetivando adequar o Departamento às premissas contidas no SINASE, tendo como missão

“Promover a socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária.” (NOVO DEGASE, 2012, p. 17)

Embora ainda sejam divulgadas reportagens que denunciam maus tratos e torturas sofridas pelos adolescentes e praticadas pelos agentes de disciplina⁶ dentro das unidades do DEGASE, hoje o cenário é diferente do passado. Atualmente o DEGASE conta com projetos feitos em parcerias com outras instituições, que visam o desenvolvimento dos adolescentes; desenvolvimento pessoal e profissional, preparando os adolescentes para a inserção no mercado de trabalho.

A instituição conta com projetos direcionados ao ensino e qualificação profissional de informática, de auxiliar de cozinha industrial, mecânica de motos e mecânica automotiva; projetos relacionados ao esporte, teatro, grafite, música; e oficinas de fotografia, bordado, cabelo afro, capoeira, serigrafia, batik tie - die e empreendedorismo. Além disso, existe ainda o “Projeto Laços” que

⁶ Não só os agentes, mas também o diretor de uma unidade do DEGASE foi indiciado em Junho/2014 por torturar quatro jovens.

oferta vagas em oficinas empreendedoras de geração de renda com curta duração aos familiares dos adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa⁷.

⁷ Fonte: <http://www.degase.rj.gov.br/projetos.asp>.

CAPÍTULO 2 - FAMÍLIA(S)

O presente capítulo visa abordar algumas formas de organização familiar, passando pela tradicional família burguesa que conhecemos, até os novos arranjos atuais.

O termo “família” constitui uma questão polêmica entre posições sociais e políticas que dizem respeito a ele, quase sempre existindo uma preocupação na manutenção da “família” enquanto instituição social.

É importante ressaltar, que faz mais sentido falarmos em “famílias”, no plural, do que “família”, para que assim possamos contemplar a diversidade de relações que convivem atualmente em nossa sociedade.

Alguns autores afirmam que a Revolução Industrial é o marco histórico que evidencia as transformações no que se refere ao conceito de família que nós conhecemos. Outros, defendem que família só pôde ser assim propriamente chamada, com a mudança do sentimento em relação à infância, quando esta passa a ser percebida como algo que deve ser protegido. É a partir desses dois campos de visão que vamos abordar as primeiras organizações familiares.

2.1 A formação da família: da Idade Média à família moderna

Segundo ARIÈS (1981), a partir dos séculos XVI e XVII a família ocupa um novo lugar na vida sentimental. Nesse momento, ocorrem significativas mudanças na atitude da família para com a criança; a família vai se

transformando na medida em que modifica suas relações internas com a criança.

As crianças eram mantidas em casa até os sete ou nove anos de idade, quando eram colocadas nas casas de outras pessoas para fazerem o serviço pesado e permaneciam lá até mais ou menos catorze ou dezoito anos (sete anos era a idade na qual os meninos deixavam as mães para ingressarem na escola ou no mundo dos adultos). Assim, as crianças eram chamadas de aprendizes.

Elas desempenhavam todo o serviço doméstico e assim, este se confundia com a aprendizagem, como forma comum de educação. A criança aprendia pela prática, que não parava nos limites de uma profissão, até porque naquela época não havia o que distinguisse a vida profissional da vida particular. Toda a educação era feita através da aprendizagem. As pessoas mandavam seus filhos para outras famílias para que elas comesçassem suas vidas, aprendessem maneiras de um cavaleiro, um ofício ou ainda para que fossem à escola e aprendessem as letras latinas. Esta era uma prática muito difundida em todas as classes sociais.

O conhecimento era transmitido de uma geração para outra através da participação das crianças na vida dos adultos. Por todos os lados onde se realizavam atividades, de trabalho ou de lazer, as crianças estavam misturadas aos adultos. Era dessa forma que elas aprendiam a viver.

Como as crianças eram enviadas para outras famílias muito cedo, a família não conseguia alimentar um sentimento profundo entre pais e filhos. A família era uma realidade social e moral mais do que sentimental. Os pais se

ocupavam de suas crianças mais pela contribuição que elas podiam trazer ao estabelecimento social que era a família do que pelo apego sentimental que pudessem manter em si. Quando se tratava das famílias muito pobres, “ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um local mais amplo”, como a aldeia, a fazenda ou a casa dos seus senhores. Já nos meios mais ricos, a família era confundida com a prosperidade do patrimônio e a honra do nome. Ou seja, entre os pobres a família praticamente não existia sentimentalmente e, entre os ricos, o sentimento era espelhado no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem. A transformação da realidade e dos sentimentos da família se deu de forma lenta e difícil de ser percebida, motivada por um simples fato: a extensão da frequência escolar.

Na Idade Média, as crianças eram educadas pela aprendizagem com os adultos. Desta época em diante, cada vez mais a educação passou a ser fornecida pela escola. A escola deixou de ser um privilégio dos clérigos para “se tornar o instrumento normal da incisão social da passagem do estado da infância ao adulto” (ARIÈS, 1981). Essa revolução se deu graças à necessidade de rigor moral, de isolar as crianças do mundo sujo dos adultos, para que essa criança não se tornasse um adulto “corrompido”.

Assim, a substituição da aprendizagem pela educação formal da escola exprime também a aproximação da família e das crianças; do sentimento de família e do sentimento da infância, que antes, andavam separados.

2.2 A família a partir da Revolução Industrial

Segundo WIESE E SANTOS (2009), a Revolução Industrial é o divisor de águas no que se refere ao conceito de família. Antes do advento das máquinas, as economias eram basicamente artesanais e agrícolas, sendo os papéis familiares bem delimitados, onde o homem, pai de família era o responsável pelo sustento da esposa e dos filhos e a mulher era criada para ser uma boa esposa e cuidar do lar e dos filhos e ser obediente ao marido. Os filhos homens eram vistos como soma à força de trabalho e as filhas eram educadas desde cedo para ajudarem na criação dos irmãos mais novos, a cuidar da casa e assim, aprenderem a ser boas esposas no futuro. Isto configurou no imaginário social que toda família normal seria formada por pai, mãe e filhos, com seus papéis bem definidos. Esse é o padrão de “família nuclear burguesa” que conhecemos.

As alterações sofridas no mundo do trabalho a partir da Revolução Industrial começam a mudar esse quadro. Quando a agricultura deixa de ser o ponto fundamental da economia, as famílias começam a migrar do campo para as cidades, que se tornavam os novos centros urbanos.

Quando o salário pago pela indústria já não era suficiente para o sustento da família, as mulheres começam também a trabalhar nas fábricas. Além delas, as crianças também trabalhavam, marcando assim o início da exploração da mão de obra feminina e infantil.

As Grandes Guerras foram outro fator que contribuiu para a saída das mulheres para o trabalho nas fábricas. Enquanto muitos homens, maridos e chefes de famílias iam para os campos de batalha como soldados, suas

esposas acabaram por ser convocadas a trabalhar para prover o sustento da família nesses períodos.

Esse contexto começa a impulsionar a mudança no papel da mulher na sociedade. Inicia-se o processo em que a mulher aos poucos vai deixando de ser apenas responsável pela casa e pelos filhos e começa a ser ela também, contribuinte do sustento da vida da família. Essa mudança não se dá de forma imediata, mas é sim um processo lento e gradual. Esse quadro só se torna mais evidente na década de 1960 com participação do movimento feminista, quando se inicia o processo de emancipação social e sexual da mulher. Essas mudanças servem para compreendermos as transformações sociais e familiares que se expressam na contemporaneidade.

É importante ressaltar que a família enquanto uma instituição social, é afetada pelas mudanças ocorridas na sociedade; pelas transformações culturais, econômicas e políticas. WIESE E SANTOS afirmam:

As rupturas e a finalização de casamentos ou uniões estáveis, também são resultantes da situação econômica da família. O homem era considerado como o mantenedor e provedor de sua família, mas com as alterações no mundo do trabalho, com o número desempregos, a falta de emprego, a mulher acaba assumindo a responsabilidade financeira da família quando está inserida no mundo do trabalho, com isso o homem perde seu papel como o “chefe de família”. Sendo assim a autoridade masculina fica abalada, pois o homem não aceita a mulher como provedora dessa família. (2009, p. 04)

Com a consolidação do Estado de Bem-Estar Social, é identificada na família a importância na participação da reprodução social e o Estado cria ações voltadas para proteção da família. Entretanto, apesar das ampliações geradas pelo Estado de Bem-Estar, as famílias eram vistas enquanto famílias de trabalhadores; as esposas e filhos eram atendidos na condição de

dependentes do trabalhador e não por serem cidadãos de direitos. O vínculo de atendimento e direito era garantido por ser trabalhador. Isso se assemelha ao conceito de “cidadania regulada”, onde os cidadãos só eram reconhecidos como tais, a partir de sua condição de trabalhadores. O Estado só garantia direitos aos trabalhadores e suas famílias eram assistidas de forma dependente, enquanto “famílias de trabalhadores”.

As mudanças ocorridas na sociedade do período do Estado de Bem-Estar em diante, incentivam novas formas de se fazer e pensar política, modificando conseqüentemente, a maneira como as políticas se direcionavam para família, deixando de entendê-la apenas como uma extensão do trabalhador, mas como um espaço que agrega vários indivíduos, cada um cidadão, dotado de direitos e necessidades.

2.3 As Famílias na Contemporaneidade

Atualmente as famílias passam por mudanças no que tange às relações entre gerações, aos afetos e até mesmo a sua formação.

A família participa dos dinamismos próprios das relações sociais e sofre as influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa. A perda de validade de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam a família a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto/erro. (ALCANTARA, MOREIRA & PETRINI, 2009, p 02)

De acordo com o IBGE (2010), os arranjos familiares hoje são menos tradicionais, com o aumento do divórcio e o conseqüente aumento de famílias reconstruídas e monoparentais. Além disso, o aumento da expectativa de vida

e a diminuição da taxa de fecundidade contribuem para que as famílias tenham mais netos e avós. Muitos casais têm optado por primeiro se estabelecer no mercado de trabalho antes de terem filhos. Sendo assim, nos dias de hoje, não cabe mais nos basearmos no modelo tradicional de famílias para pensar a realidade brasileira.

A realidade atual apresenta diversos tipos de famílias, muitos desses tipos mais baseados nas relações de afeto do que de consanguinidade. É muito comum vermos famílias formadas por casais que não têm uma relação legalmente registrada, ou seja, que apenas vivem sob o mesmo teto e assim dão origem a sua família, dividem a vida e criam seus filhos. Além disso, embora ainda não se tenha dados exatos sobre o assunto, muito se tem noticiado na mídia sobre o aumento das famílias formadas por casais homossexuais. Principalmente após a legalização da união estável entre pessoas do mesmo sexo como unidade familiar no ano de 2011 e a obrigatoriedade de os cartórios realizarem o casamento e a conversão da união estável em casamento a partir de 2013.

Outro cenário que se apresenta são as famílias lideradas por mulheres. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, entre 2000 e 2010, o percentual de famílias que contam com mulheres como responsáveis pelo núcleo familiar subiu de 22,2% nos anos 2000, para 37,3% em 2010. Além disso, quando se analisa o corte de cor ou raça das mulheres responsáveis pelas famílias, o percentual de mulheres pretas ou pardas, sem conjugue e com filhos corresponde a 87,2% do total e o percentual de mulheres pretas ou pardas com rendimento de até meio salário mínimo, corresponde a 41,4% do total. É importante que se pense em que condições essas mulheres

conseguem (e se conseguem) garantir as necessidades de suas famílias. Se pensarmos apenas no Rio de Janeiro, que atualmente é um dos estados com o maior custo de vida do país, é uma tarefa quase sobre-humana manter o sustento de uma família tendo o rendimento de meio salário mínimo. É importante que se pense nesse assunto a nível de políticas sociais, para que se possa criar e executar políticas de incentivo à geração de renda para essas famílias; de políticas que visem a melhoria da educação pública, da saúde e da assistência destinada a estas famílias mais pobres.

E são justamente a essas famílias que pertence a grande maioria dos adolescentes que passam pelo Sistema Sócioeducativo.

3 AS FAMÍLIAS E O DEGASE

Para falar especificamente sobre as famílias dos adolescentes que se encontravam em medida de internação na referida unidade do DEGASE à época, foram realizadas entrevistas com profissionais que trabalham nesta unidade. As entrevistas são dotadas de perguntas sobre o perfil desses adolescentes, sobre o cometimento do ato infracional e o uso de drogas, além da relação com a família e os entraves no trabalho da equipe.

As formas como os profissionais retratam as famílias dos adolescentes que estavam cumprindo medida de internação apresentam pontos comuns e divergentes, exemplificando assim, visões bem distintas sobre como os profissionais enxergam esses adolescentes e suas famílias.

No texto que se segue, serão explicitados estes pontos, além da forma como era desenvolvido naquela unidade o trabalho destes profissionais com as famílias.

3.1 As Famílias

A partir da fala de alguns profissionais entrevistados, podemos inferir que estes adolescentes pertencem à famílias de baixa renda, onde os seus responsáveis exercem cargos mais subalternos no mercado de trabalho, como os cargos de faxineira e diarista

“[...] no geral, nível econômico de renda familiar baixíssimo, muitos até não têm nem onde morar, moram na rua” (C., educador);

“[...] é inserido [o adolescente] em família de baixa renda, né, com... é... histórico mesmo de vulnerabilidade social [...] (Q., assistente social);

“Moças e rapazes que vivem abaixo, assim, de uma renda possível pra se viver.” (E., psicóloga);

e com histórico de violação de direitos e vulnerabilidade social, no sentido de terem sido “abandonados pelo Estado de Direito” (E., psicóloga), de não acessarem a rede de políticas sociais; e são oriundos de comunidades pobres, marcadas pelo tráfico de drogas e inseridas na rede de violência. Há também relatos de fragilidade da relação familiar, onde seus vínculos se encontram fragilizados ou rompidos. Não só as famílias, mas os próprios adolescentes possuem baixa escolaridade:

“Rapazes e moças de pouca instrução”, (E. psicóloga);

“[...] alguns [adolescentes] é que conseguem estar na oitava série [...] o primeiro segmento estudantil ele é geralmente bem abrangente. É raro você ter alguém do segundo seguimento”. (C. educador)

Além disso, a maioria das famílias é lideradas pela figura feminina – mães, avós, tias – quando há “a presença masculina é muito periférica” (V., educador), onde as mães, na necessidade de trabalhar, deixam os filhos sozinhos. O conceito de matrifocalidade parece ser pertinente para ilustrar o predomínio da liderança feminina nas famílias de baixa renda, onde há a ausência da figura masculina, seja ela causada pelo desemprego, incapacidade ou exclusão social. Segundo CALHEIROS E SOARES,

Apesar da designação de *matrifocal* poder vir a ser estendida a este arranjo doméstico da classe média urbana, originalmente a expressão foi cunhada para dar conta da situação em que a mãe exerce a função de provedor pela total incapacidade do homem de fazê-lo ou pela ausência de um parceiro suficientemente estável para assumir tais funções. O termo se reporta, portanto, a um contexto de exclusão social, de desemprego de longa

duração/subemprego/informalidade que podem minar as bases de alguns papéis sociais previamente definidos e provocar a ruptura de tradicionais formas de controle social. (2007, apud SENTO-SÉ E PAIVA, p. 138, grifo das autoras)

Nesse sentido, de acordo com as falas coletadas, estas famílias não teriam condições de garantir o pleno desenvolvimento desse adolescente. Ou seja, a ausência dos pais e, nesses casos, das mães, que precisam trabalhar fora para sustentar a família, acaba por permitir que os adolescentes fiquem “ao seu controle”, o que dificulta uma valorização positiva da autoridade dos pais por parte dos adolescentes. Como afirma FREITAS, et all. (2001), “um grande contingente de famílias brasileiras é liderada por mulheres, que hoje, além do papel maternal, assumem o de prover em todos os sentidos, suas casas”. Isso leva a uma conseqüente falta de controle dessas famílias sobre seus filhos, o que no senso comum dá a elas o título de “famílias negligentes”.

Mas o que caracteriza essa negligência?

Segundo FREITAS, et al.,

A negligência é uma categoria de abuso que destaca os aspectos relacionais interpessoais e sociais que se expressa na ausência de cuidados e de proteção social, ressaltando as diversas vulnerabilidades dos sujeitos que sofrem tais abusos. (2001, p. 7)

Sendo assim, torna-se importante questionar, o que leva à ausência de cuidados e de proteção social que dá à essas famílias o título de negligentes.

A fala de uma assistente social entrevistada nos diz que a família não consegue sozinha garantir o pleno desenvolvimento dessa criança ou, nesse caso, desse adolescente, incluindo o acesso aos direitos básicos de cidadania, não só pela situação de pobreza, mas também pela ausência do Estado, seja

na falta de creches, de serviços de saúde ou de educação. O que vem a ser corroborado por FREITAS (2001), já que a negligência é imputada às famílias pobres e vulneráveis, se mostrando de maneira duplamente perversa, pois só a negligência social (aquela praticada pelo Estado), constitui uma grave questão social.

FREITAS et all. (2001), usa o exemplo da negligência com relação à saúde, para ilustrar a relação de negligência na qual estas famílias se encontram. No que tange à saúde, a negligência poderia ser expressa pela ausência voluntária dos cuidados necessários para o desenvolvimento daquela criança ou adolescente, por parte daquele que é o responsável por desempenhar esse papel (no caso, a família). Porém, as autoras reforçam que existem casos em que o cuidador não tem acesso aos meios que lhe permitam garantir o sustento das necessidades de seus dependentes. Portanto, isso não se configuraria como um caso de negligência familiar. Utilizando as palavras das autoras,

Em outros termos, os limites objetivos dos cuidados diretos dos pais sobre os filhos estão relacionados a uma questão mais social que da negligência, ou seja, a situação da exclusão social, mesmo quando não explícita, permeia muitos casos de negligência. (Idem, p. 07).

Além disso, também é importante ressaltar que o título de negligentes pesa mais sobre as mulheres, que foram socialmente tomadas como responsáveis pelo cuidado de suas famílias. Considerando que a maioria das famílias dos adolescentes que estavam internados à época é liderada por mulheres e estas além do papel de mãe assumem a função de provedoras da casa, é comum que deixem os filhos sob os cuidados de outros. Seja de membros da família consanguínea ou vizinhos.

Estudos realizados por pesquisadores da Fiocruz no Rio de Janeiro no final dos anos 1990 (Assis, 1999), mostram que cerca de 60% dos adolescentes entrevistados viviam em famílias com mais de três filhos onde a mãe precisava cuidar e educar a todos, além de desempenhar o trabalho doméstico e trabalhar fora para garantir o sustento da casa, ficando os filhos sozinhos, ou sob os cuidados de parentes ou da vizinha que eventualmente “dá uma olhada” nas crianças enquanto a mãe está trabalhando.

Isto configuraria o conceito de “circulação de crianças”, da antropóloga Cláudia Fonseca (1990)⁸, que consiste em transferir ou partilhar as responsabilidades de uma criança entre adultos. O que demonstra que cada vez mais, o modelo de família tradicional moderna, não se aplica à todas as camadas sociais. A interpretação deste conceito como abandono é equivocada, não consideraria as questões motivam essa dinâmica e desconsideraria as diferenças contidas em cada realidade social (Idem, p. 5).

Cabe ressaltar aqui a importância de se entender as transformações na organização familiar, pois permite entender que o conceito de família possa se estender para além do vínculo sanguíneo. Como afirma Sarti:

A família para os pobres, associa-se aqueles em quem se pode confiar. (...) Como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos, fazendo com que as relações de afeto se desenvolvam (...). (SARTI, 1996 p. 63 apud WIESE e SANTOS)

⁸ Conceito abordado por FREITAS et al. (2001).

É comum, principalmente nas comunidades mais pobres, que os vizinhos mais próximos sejam considerados como membros da família, fato esse que colabora para que mesmo na ausência dos pais, a criança ou adolescente que seja cuidado por um vizinho, por exemplo, permaneça sob os cuidados da família. Ou seja,

família não como um núcleo, mas como uma rede, uma rede que envolve parentes e vizinhos e que produz uma trama, uma rede de obrigações morais que nos enreda a todos em dois sentidos: ao dificultar a individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar nossa existência com apoio (SARTI, 2003 apud FREITAS et all.).

É preciso entender que a forma como as políticas sociais, a economia e a sociedade se articulam, influem diretamente na organização familiar, ditando de que maneiras estas irão acessar os bens e serviços. Assim, segundo Mota (2001),

antes de incorrerem em acusações sobre as mulheres que abandonam seus filhos, deveríamos observar a situação de abandono dessas mulheres, principalmente durante a maternidade e então, iremos perceber que o ato do “abandono do filho”, reproduz apenas, a identidade que a mãe carrega já desde o início de sua gestação; elas também sentindo-se “mãe abandonada”. (MOTA, 2001 apud FREITAS et all.)

Deve-se pensar também, que muito antes de essas mulheres serem mães ou de serem consideradas mães negligentes, elas mesmas são cidadãs negligenciadas, o que se reflete na forma como lidam com a criação dos filhos.

Nesse quadro, vivendo em uma comunidade onde o tráfico de drogas é uma realidade cotidiana, muitas vezes esses adolescentes acabam por se identificar na figura do traficante, do “dono da boca”, além de ter acesso facilitado às drogas.

Além disso, também é ressaltado o efeito “deslumbrante” que o tráfico pode exercer sobre esses jovens, pois o traficante é “o cara” que manda, é quem “porta um fuzil” e “tem um exército, uma legião a favor dele [...] e vai ostentar dinheiro” (C., educador). Esses adolescentes que sempre se viram incapazes de acessar certos bens de consumo tão propagados na sociedade, principalmente pelo discurso dos veículos midiáticos, que vendem a ilusão de que todos somos iguais, de que necessitamos consumir cada vez mais e de que todos nós podemos ter acesso de maneira igualitária esses bens, o que não acontece na realidade. O ganho de dinheiro fácil e alto, se torna muito atrativo se comparado ao que os membros de suas famílias recebem em longas jornadas de trabalho que implicam em sua ausência na vida dos filhos.

Possivelmente, esse misto de ausência da família somada ao cotidiano da violência e do tráfico contribui para o ingresso desses adolescentes na rede do tráfico de drogas. Os profissionais entrevistados relatam que esses adolescentes cometem os atos infracionais de maneira relacional à droga; começam a usar algum tipo de substância e a cometer delitos para sustentar o uso ou se inserem no tráfico por este ser o que lhes é apresentado no cotidiano como possível caminho a ser trilhado na vida.

Outros profissionais colocam que essas famílias são “extremamente desestruturadas”, marcadas pela fragilidade dos vínculos familiares ou que estas famílias são constituídas por pessoas “pobres e ignorantes, porque não tiveram estudo, não quiseram evoluir” (C., educador do Degase). Estas famílias em sua maioria possuem uma estrutura desorganizada marcada por uma fragilidade dos laços, por relações conflituosas e muitas vezes de violência. O pai é ausente ou desconhecido e a família passa a se constituir a partir da mãe.

Mas vale lembrar que cada um pode ter uma visão diferente do que é família, de como está é organizada, se membros da família são apenas aqueles com vínculo sanguíneo ou não, etc. Por isso já foi dito anteriormente que o ideal é que se fale não de “família” mas sim de “famílias”, pois são múltiplos os seus arranjos.

Outro ponto que aparece nas entrevistas é a necessidade de descobrir qual o lugar que esse adolescente ocupa enquanto sujeito dentro dessa família, em qual momento ele precisou recorrer ao ato infracional, o lugar disso na sua vida e de que forma isso é encarado pela família, pois os profissionais colocam que cada família reage e passa a enxergar o filho de uma forma diferente, após o cometimento de um ato infracional. Segundo a fala de uma psicóloga,

“cada família tem olhar diferente sobre o filho “que virou bandido”, para nós eles não são bandidos, não cometeram crimes ainda, eles cometeram atos infracionais porque são “de menor”, né? Mas cada família dá um significado diferente a esse filho que cometeu um ato infracional.”

Apesar disso, parece haver certo consenso na fala dos profissionais sobre a necessidade de aproximar a família do tratamento do adolescente, pois é necessário que além de trabalhar com os adolescentes, se realize um trabalho com suas famílias, pois é para elas que os adolescentes retornarão ao fim do cumprimento da medida de internação. Nesse aspecto reside uma das dificuldades levantadas pelos profissionais no desenvolvimento do trabalho com as famílias, pois a maioria delas não é residente da cidade do Rio de Janeiro.

Grande parte dos adolescentes que se encontravam internos na unidade do Degase em que ocorreram as entrevistas são oriundos de outras comarcas,

de cidades localizadas no interior do Estado. Estes adolescentes vão cumpriam suas medidas nesta unidade por dois motivos: ausência de instituições e dispositivos necessários para cumprimento da medida e acompanhamento destas ou por medida de proteção, no caso de ameaça à integridade e segurança sua ou de sua família.

3.2 O Trabalho com as famílias

Para que as famílias que não residem na cidade do Rio de Janeiro pudessem chegar até o DEGASE, foi realizada uma espécie de parceria com o Ministério Público para garantir o transporte dessas famílias das cidades do interior onde residem para a unidade do DEGASE na capital do Estado⁹.

Além disso, outro ponto que aparece como negativo e entrave para a realização desse trabalho é lidar com os adolescentes que são moradores de rua, pois estes não estão acostumados a viver sob as regras de uma instituição, mas sim de acordo com sua rotina das ruas, sem ter quem balize suas ações e portanto, fica difícil para eles lidarem com a realidade da instituição, com horários para cada atividade, ao se verem submetidos à uma equipe que dita regras e também para criar um vínculo que possibilite o trabalho. Um dos educadores entrevistados relata que o vínculo é a base para a realização de seu trabalho:

⁹ Segundo a assistente social entrevistada, o Ministério Pública disponibilizava ônibus para efetuar esse deslocamento.

“a única possibilidade de você fazer com que ele fique [na instituição] é se ele... que ele consiga fazer um bom vínculo. Então, se ele fizer um bom vínculo, é possível que ele fique. Mas caso isso não aconteça... aí fica difícil...” (educador V.)

Os profissionais ressaltam a importância desse trabalho realizado com as famílias no sentido de reforçar o papel da família, o papel de autoridade, de ser sujeito de e garantidor de direitos, já que essa população se encontra em um histórico de desamparo por parte do poder público. Para eles, é importante refletir com essas famílias sobre o quadro que estão vivendo, para que elas possam entender que também têm responsabilidade na situação em que seus filhos se encontram e são importantes para que essa situação se modifique. A fala de uma profissional entrevistada ressalta:

“Porque a gente tem que preparar pelo menos a família pra entender que ela tem uma responsabilidade também nessa situação pra reverter esse quadro, responsabilidade sem culpa. ‘Olha, você é importante’, no sentido de ‘você é... você é importante pra ajudar o teu filho a mudar esse quadro social’...” (Q. Assistente Social)

Não se trata de culpabilizar a família, mas trabalhar com ela sua situação atual e os acontecimentos que levaram até este ponto, para que a família possa refletir e compreender melhor a situação de seus filhos e estar junto deles durante esse processo, entendendo que a presença e participação da família tem papel importante na vida desse adolescente de modo a contribuir com as escolhas que ele faz.

Para isso, portanto, o primeiro passo seria garantir que essas pessoas tenham acesso aos direitos de cidadania que sempre lhes foram negados por parte do Estado. Garantir o acesso aos direitos significa articular o trabalho realizado no Degase com a rede extramuros (mantendo-se o caráter de

incompletude institucional) para que quando o adolescente termine o cumprimento de sua medida e saia da internação, possa continuar frequentando a escola, o curso profissionalizante que iniciou durante o período em que esteve internado na unidade; continue sendo, não só o adolescente mas também a família, assistido pela rede de proteção social, pelas unidades de saúde, pelos dispositivos de assistência social. A fala da assistente social Q., alerta que em alguns casos, essas famílias vêm de um histórico tão longo de negligência, que o adolescente só passa a ter direitos no momento em que entra na instituição:

“Ele [o adolescente] vem pra cá, porque teve, em algum momento ele foi negligenciado, né? E às vezes a vida toda, senão, ele não estaria aqui. E o interessante, que às vezes o adolescente precisa tá no DEGASE pra ter direitos. Aí aqui ele tem direito a cinco alimentações, à escola, a médico, a... a lazer. (...)”

De acordo com as entrevistas realizadas, seria possível que essas pessoas acessem seus direitos a partir do atendimento realizado com as famílias, onde através da escuta atenta, especializada e sensível, os profissionais conseguiriam identificar quais as suas necessidades mais urgentes. Assim, a equipe do Degase atuaria orientando e informando sobre onde essas famílias devem buscar o atendimento de suas necessidades (pois muitas famílias não têm informações sobre onde recorrer legalmente), como qual unidade de saúde é sua referência básica para ser atendido na região em que reside; qual unidade escolar pode receber seu filho quando ele terminar o cumprimento da medida de internação (e também os outros filhos que essa família possa ter); onde esse adolescente pode dar continuidade ao processo de profissionalização que iniciou enquanto interno do Degase.

De acordo com as entrevistas, pra a execução desse trabalho com as famílias¹⁰ são realizados:

- Atendimento individual multidisciplinar – onde estas famílias são atendidas por assistentes sociais e psicólogos;
- Grupos terapêuticos e informativos;
- Encontros quinzenais com as famílias – constituídos de quatro encontros onde a cada encontro um tema diferente é tratado, sendo estes: família, adolescência, drogas e cidadania;
- O chamado “Convivendo em Família”, que se configura pela realização de almoços de convivência e passeios em conjunto com os adolescentes e suas famílias com o intuito de promover e fortalecer os laços familiares, mostrando que é possível a convivência familiar mesmo com as dificuldades enfrentadas.

Os profissionais entrevistados ressaltam que todo o trabalho é feito exercitando o diálogo e a importância dele entre as famílias e os adolescentes, para que essa família seja capaz de identificar as situações e demandas dos adolescentes, pois no cotidiano existe a dificuldade da família perceber as necessidades daquele adolescente, seja porque os pais trabalhem demais e passem pouco tempo com os filhos, seja porque os pais foram criados e educados de uma forma em que não houvesse diálogo e acabam por reproduzir isso na criação de seus filhos ou porque essas famílias não tenham passado, em sua trajetória, pelo acesso a alguns direitos básicos como saúde

¹⁰ É importante ressaltar que cada unidade do DEGASE tem sua forma de gerenciar o trabalho com as famílias.

e educação, impedindo que eles consigam identificar demandas desse tipo vindas de seus filhos.

E por fim, é realizada a articulação desse trabalho desenvolvido no Degase com os dispositivos presentes na região na qual essas famílias residem, como os Conselhos Tutelares e os CREAS, para que os adolescentes continuem o cumprimento de suas medidas, no caso de saírem da internação para medida de liberdade assistida, por exemplo, e também para que eles e suas famílias continuem sendo assistidos pela rede de políticas públicas na qual foram inseridos.

Considerações Finais

A partir do que foi exposto nas páginas anteriores, seria possível concluir que estamos em um estágio muito avançado no que se refere aos direitos da criança e do adolescente. Passamos por um Código de Menores que desconsiderava a infância e adolescência na condição de sujeitos dotados de direitos, para um Estatuto da Criança e do Adolescente que rompe com essa linha de pensamento, coloca as crianças e adolescentes não só como sujeitos de todos os direitos inerentes à pessoa humana, mas como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que necessitam de proteção prioritária e integral. Mas será que isso é o que vivemos no cotidiano?

O ECA em seu Artigo 4º diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Estado, assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e a convivência familiar e comunitária. Entretanto, o que se assiste nos dias de hoje na sociedade é a ausência do Estado na garantia desses direitos e a convocação da família para arcar com todas as dificuldades que possam surgir ao longo do desenvolvimento dos filhos.

Não se trata de eximir a família de sua responsabilidade para com as crianças e adolescentes, mas sim de questionar se o Estado vem cumprindo seu papel de garantidor de direitos, oferecendo suporte para que as famílias mais pobres e vulneráveis possam dar conta de satisfazer suas demandas e

necessidades as mais básicas. Me refiro às famílias mais pobres pois as mais abastadas podem contar com aporte financeiro para tal.

Enquanto uma família de classe média alta que vive de maneira confortável e segura em seu condomínio, pode pagar a babá que tome conta da criança em tempo integral, pode pagar boas escolas e cursos profissionalizantes ou que auxiliem no desempenho escolar, existe uma família (ou inúmeras) de baixa renda, moradora de comunidade marcada pelo tráfico e violência, que não tem acesso à creche, que precisa que seu filho frequente uma escola distante de sua casa ou uma que não tenha infraestrutura mínima que permita o aprendizado. Pior ainda aos olhos da sociedade, existe uma família que não consegue vaga em uma creche e precisa que o filho mais velho cuide do mais novo ou fique sozinho. Essa criança que fica sozinha, passa o dia brincando nas ruas da comunidade onde mora. Essa criança ou adolescente pode conhecer um traficante? Pode. Pode se tornar um? Pode. Mas, aquele adolescente da classe média também pode. O que torna os dois diferentes?

Atualmente parece haver uma intensificação do processo de criminalização da pobreza, onde a trajetória de vida dos jovens das comunidades seria restrita à violência e a se tornar “bandido” um dia. Vemos cada vez mais que os jovens, negros, moradores de comunidades são os que mais sofrem violência e os que mais são assassinados¹¹. E são exatamente esses jovens, suas famílias e todos aqueles que vivem “à margem” da sociedade, que se encontram em maior situação subalterna em relação à parcela “produtiva” da sociedade, os maiores alvos do processo de

¹¹ Ver Mapa da Violência (edições de 2012 e 2014).

criminalização da pobreza. São estes que devem ser observados, controlados e contidos pelo poder público e pela polícia, a fim de manter a paz social e perpetuar a ordem pública. Vemos estudos que revelam que uma parcela ínfima dos crimes que acontecem é cometida por crianças e adolescentes¹². E mesmo assim, vemos cada vez mais bradar as vozes que pedem a redução da maioridade penal. Ao mesmo tempo em que os veículos midiáticos chamam os jovens pobres que cometem atos infracionais de “delinquentes”, “marginais”, quando o caso envolve jovens de classe média alta, o discurso muda.

Não obstante, ainda temos que lidar com as dificuldades enfrentadas pelo sistema socioeducativo que embora apresente melhorias em relação ao que foi vinte, trinta anos atrás, por exemplo, ainda tem a predominância da lógica autoritária e da repressão. Não é difícil encontrar notícias que relatem maus tratos sofridos pelos adolescentes em suas instituições; que falem da superlotação nas unidades de internação. Como também não raro tomamos conhecimento da evasão de adolescentes, de descumprimento de sua medida, de reincidência. E se isso acontece na atual legislação vigente, o que poderíamos esperar com a redução da maioridade penal? Vale lembrar que o quadro dos presídios não é muito diferente do apresentado pelas instituições de internação de adolescentes em cumprimento de medida de internação. A grande diferença, arriscaria a dizer, seria o grau de periculosidade, levando-se em conta os crimes cometidos pelos detentos. Esse pedido, quase um clamor, pela redução da maioridade penal, por vezes vem acompanhado do pedido

¹² Levantamento feito pelo Ministério da Justiça em 2011 aponta que apenas 1% dos crimes foi cometido por menores; Estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2014 mostra que os jovens com idade entre 16 e 18 anos cometem apenas 0,9% de todos os crimes registrados no país.

pela adoção da pena de morte no Brasil. Como se matar metade dos detentos que constitui nosso sistema carcerário fosse por fim à violência.

É preciso que entendamos que as questões que envolvem a produção da violência são muito mais profundas e enraizadas na formação social e econômica do nosso país. Uma sociedade que foi erguida sobre bases escravistas e que carrega até hoje a herança racista de sua história. Onde o negro é visto como o subalterno, o perigoso à priori. Isso se reflete nitidamente numa simples visita à uma comunidade pobre. Há a predominância de moradores negros. Assim como há a predominância de negros e pardos no sistema carcerário e socioeducativo. Precisamos colocar estas questões em discussão para que possamos desconstruir esse quadro. E para isso, seria interessante que se discutissem as experiências de outros países que reduziram a maioria penal e não obtiveram êxito na redução dos índices de violência¹³. Mas acredito ser imprescindível, colocar em discussão a maneira como vimos tratando e reprimindo o que se relaciona à questão das drogas, seu uso e comercialização.

A chamada “Guerra às Drogas”¹⁴, até o momento, evidenciou o fracasso que é ela mesma e a atual forma de repressão ao uso e comércio de drogas. Pois o proibicionismo em si, nunca foi capaz de erradicar o uso de drogas psicoativas na sociedade; pelo contrário, a proibição apenas tornou o comércio de drogas um negócio mais lucrativo e criou um novo tipo de crime e de criminoso, tomando inclusive os usuários de drogas como criminosos também, como elucida Thiago Rodrigues:

¹³ Ver: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/todos-os-paises-que-reduziram-maioridade-penal-nao-diminuiram-violencia.html>

¹⁴ Para melhor discussão, ver RODRIGUES, Thiago. “Drogas e liberação: enunciadores Insuportáveis”, 2004.

[...] os produtos comercializados [...] são substâncias amplamente desejadas e que são hoje ilegais. Tal ilegalidade significa que o circuito de produção e venda de inúmeros compostos químicos é proibido de existir segundo leis específicas [...] essas leis, no entanto, não bastam para erradicar a procura por tais substâncias, fato que impulsiona um rentável negócio clandestino que se dedica a fazer chegar ao consumidor sua droga preferida. (2013, p. 12)

Os efeitos conseguidos são a morte de milhares de inocentes nos embates entre a polícia e o tráfico e a não redução no consumo e oferta de drogas na sociedade. Talvez isso possibilitasse aos que defendem maior repressão aos delitos cometidos por jovens, entender que a discussão vai além. Ao discutirmos juventude em conflito com a lei, é preciso que se fale em saúde pública, é preciso falar em educação, pública, de qualidade; é preciso falar em economia, em acesso a empregos dignos; em habitação, moradia, saneamento básico; é preciso que se fale em lazer e cultura.

É preciso que as políticas sociais sejam executadas de forma a atender às necessidades dos cidadãos. É preciso que o Estado se faça presente, promova reformas sociais, promova a saúde, a educação. A educação que vem sendo tão desvalorizada pelos que estão no poder e pelos jovens que estão sentados em suas salas de aula. A escola não apresenta atrativos para esses jovens.

A valorização da escola e da educação deve ser algo promovido por toda a sociedade, num esforço conjunto, para que a escola possa não mais produzir “cidadãos de bem”, mas sim, seres pensantes, éticos. A maneira como se organiza a educação, com aprovações automáticas, a baixa autonomia dos professores com relação aos conteúdos lecionados, às provas, por si só, já configuram uma forma de desvalorização do ensino.

Quando os jovens desacreditam o valor positivo que a escola e o ensino podem trazer as suas vidas, parece se tornar difícil que valorizem também a autoridade da família. Não só pelo fato de a adolescência ser uma fase difícil na vida do sujeito, por conta do confronto da maturidade sexual com a maturidade social, por ser o momento em que sua personalidade está sendo delineada e muitas questões surgem no meio desse caminho e, na escola ele não consegue ter as respostas para suas questões, tudo parece mais do mesmo, e no seio familiar, o adolescente não consegue reconhecer nos pais o seu semelhante. Daí a tendência de adolescentes formarem grupos. É aquele grupo que dá a ele o sentimento de pertencimento à um todo, a um conjunto. É aquele grupo que está enfrentando as mesmas questões pelas quais ele vem passando sem obter uma resposta satisfatória da família.

Nesse sentido, a família precisa ser valorizada, não de uma maneira moralista, que pense na “família tradicional e nos bons costumes”. Mas no sentido de reconhecer a família como primeiro meio de socialização do indivíduo, como espaço indispensável para a proteção e garantia de sobrevivência de seus membros; como espaço que fornece o aporte afetivo e material necessários para o desenvolvimento de seus membros. Pois o espaço familiar tem seu papel no desempenho da educação, seja ela a formal ou informal. E para isso, as políticas sociais devem caminhar na direção de apoiar a família, dando a ela bases que permitam que ela possa garantir o desenvolvimento de seus membros, de forma digna, humana, sem discriminação ou violência.

Mas esse não é um objetivo que possa ser alcançado de maneira simples. Vai exigir, como vem exigindo, esforço coletivo, das famílias, do

Estado e da sociedade como um todo, para que seja possível vivermos uma sociedade na qual o Estatuto da Criança e do Adolescente, seja aplicado e vivido de fato, não apenas na dimensão ideal.

Muito se avançou, mas é preciso mais.

Referências Bibliográficas

ARIES, Philippe. **A História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 3ª Ed., 1981.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Institui o **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase**.

CUSTÓDIO, André Viana. **Teoria da Proteção Integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente**. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/657/454>. Acesso em: junho de 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento**. Políticas Sociais – Acompanhamento e análise. Ipea, Agosto de 2005.

FREITAS, R.; BARROS, N.; MESQUITA, A. **Famílias negligentes ou negligenciadas? Reflexões sobre proteção social**. In: ABDALLA, J. (org). *Ações socioeducativas: municipalização das medidas em meio aberto do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Degase. 2010.

HOLANDA, Izabele P. **A doutrina da situação irregular do menor e a doutrina da proteção integral**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12051&revista_caderno=12. Acesso em: julho de 2013.

INSTITUTO PROMUNDO. **Práticas Familiares e Participação Infantil a Partir da Visão de Crianças e Adultos**: um estudo exploratório na América Latina e no Caribe. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

LOPES, E. R. de Castro. **A medida socioeducativa privativa de liberdade no Rio de Janeiro**. Degase: transição de paradigma?. São Paulo, 2011.

MENDES, Mary Alvez. **Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambigüidade da questão.** Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_mendes_texto.pdf. Acesso em: novembro de 2014.

ROCHA, Andrea Pires. **Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas.** Serv. Soc. Soc. Nº.115 São Paulo jul./set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300009&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282013000300009>.

RODRIGUES, Thiago M. S. **Narcotráfico: uma guerra na guerra.** São Paulo: Desatino, 2003.

SENTOSÉ, J. T.; PAIVA, Vanilda. (Org.). **Juventude em Conflito com a Lei.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VILAS-BÔAS, R. M. **A doutrina da proteção integral e os Princípios Norteadores do Direito da Infância e Juventude.** Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10588&revista_caderno=12. Acesso em: julho de 2014.

WIESE, Laurita M.; SANTOS, Rosimere dos. **A Centralidade da Família nas Políticas Sociais da Assistência Social e Saúde: a relevância do debate para o Serviço Social.** Disponível em: <http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/A%20CENTRALIDADE%20DA%20FAMILIA%20NAS%20POLITICAS%20SOCIAIS%20DA%20ASSITENCIA%20SOCIAL%20E%20SAUDE.pdf>. Acesso em: outubro de 2014.

ZEITUONE, C. M. **O adolescente em conflito com a lei e o uso de drogas.** In: ABDALLA, J.; SENA, A.R.; SILVA, S.P. (orgs). *Ações Socioeducativas: Municipalização das medidas em meio aberto do Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: SEDUC-DEGASE. 2010.

ANEXOS



**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social**

Projeto: O ADOLESCENTE E AS DROGAS

Coordenador: ERIMALDO M. NICACIO

Entrevistada: Cristovan (DEGASE)

OS ADOLESCENTES

1 - Como os adolescentes chegam até o DEGASE?

R:

2 - Qual é o perfil social do adolescente que cumpre MSE?

R:

3 - Quais são os atos infracionais mais comuns?

R:

4 – Há relação entre o uso de drogas e o ato infracional?

R:

5 – O que os leva a cometer o ato infracional?

R:

6 – Como é a relação deles com a rua?

R:

7 – E quais dificuldades você enfrenta no trabalho com os adolescentes?

R:

8 – Nas unidades de internação há uma predominância de adolescentes de baixa renda?

R:

A INSTITUIÇÃO E A REDE

8 - Que tipo de atendimento o adolescente recebe aqui neste serviço?

R:

9 - Que trabalho é feito com as famílias dos adolescentes?

R:

10 – E qual a maior dificuldade que você encontra nesse trabalho com as famílias?

R:

11 – E qual a maior dificuldade que vocês aqui enfrentam com os equipamentos da rede sociais? Os equipamentos sociais.

R:

12 - Quais recursos você acha seriam necessários para um atendimento mais eficaz dos adolescentes?

R: